



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS AÇÕES
REFERENTES À EPIDEMIA DE ZIKA VÍRUS E À MICROCEFALIA -
CEZZIKA

REQUERIMENTO Nº , DE 2016
(da Sra. Leandre)

Requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a questão da utilização do larvicida Pyriproxyfen e a sua eventual relação com a ocorrência de casos de microcefalia, bem como os riscos para a saúde e o meio ambiente, decorrentes da utilização de produtos químicos no combate ao Aedes aegypti.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para discutir a questão da utilização do larvicida **Pyriproxyfen** e a sua eventual relação com a ocorrência de casos de microcefalia.

Igualmente importante, os riscos para a saúde e o meio ambiente associados ao uso de larvicidas e inseticidas no controle da larva ou do inseto, bem como os métodos empregados para este fim, de uma maneira geral, também precisam ser discutidos.

Sugiro que sejam convidados, na oportunidade, as seguintes autoridades e especialistas:

- Senhor Marcelo Firpo, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco);

- Senhor Marcelo Castro, Ministro de Estado da Saúde;

- Senhor Jarbas Barbosa da Silva Jr, Diretor da Anvisa;

- Senhor João Gabbardo dos Reis, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul;

- Representante do Instituto Nacional de Câncer (INCA);

- Representante da comunidade acadêmica;

- Representante da sociedade civil organizada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS AÇÕES REFERENTES À EPIDEMIA DE ZIKA VÍRUS E À MICROCEFALIA - CEZZIKA

JUSTIFICATIVA

Enquanto a comunidade científica internacional caminha para provar a relação entre o zika vírus e os casos de microcefalia, médicos da organização argentina *Medicos de Pueblos Fumigados* (Physicians in the Crop-Sprayed Towns, em inglês), chamam a atenção para um fator suspeito de provocar a má-formação em bebês: o larvicida *Pyriproxyfen*, usado no Brasil desde 2014 para deter o desenvolvimento da larva do mosquito *Aedes aegypti* em tanques de água potável.

Os pesquisadores argentinos trazem os argumentos para a hipótese em relatório divulgado nesta semana.

O primeiro deles relaciona o pesticida ao período e ao local de maior manifestação da doença. O *Pyriproxyfen* é utilizado, sobretudo, em regiões carentes de saneamento, onde a população precisa armazenar água em casa devido ao racionamento. No Brasil, o inseticida começou a ser utilizado no fim de 2014, principalmente em regiões do Nordeste — local e período a partir do qual foi detectada maior incidência de casos de microcefalia —, em substituição ao *Temephos*, não mais utilizado devido à resistência do mosquito.

Os médicos também questionam o fato de as outras epidemias de zika, como a da Polinésia Francesa, não terem sido associadas a problemas congênitos em recém-nascidos — "apesar de infectar 75% da população nesses países".

Outro elemento reforça ainda as suspeitas de que há algo além do zika vírus nos casos de má-formação: a Colômbia, o segundo país com maior número de infectados, contabilizou mais de três mil grávidas infectadas, mas não há registros de microcefalia vinculada ao zika.

Conforme a publicação, as más-formações detectadas em bebês de grávidas que vivem em áreas onde passou a ser utilizado o *Pyriproxyfen* na água potável "não são uma coincidência".

A repercussão deste anúncio fez com que o secretário de saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo dos Reis, anunciasse, preventivamente, a suspensão do uso do larvicida *Pyriproxyfen*.

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, por sua vez, descartou qualquer possibilidade de relação entre o larvicida *Pyriproxyfen* com casos de microcefalia. Em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS AÇÕES
REFERENTES À EPIDEMIA DE ZIKA VÍRUS E À MICROCEFALIA -
CEZZIKA

nota, a Sumitomo Chemical, fabricante do larvicida, disse que não há nenhuma base científica em relação ao uso do Pyriproxyfen com casos de microcefalia.

O coordenador do Grupo de Saúde e Ambiente da Abrasco, Marcelo Firpo, esclareceu que a entidade considera perigoso que o controle do mosquito seja feito principalmente com larvicidas, mas, em nenhum momento, a Abrasco afirmou que os pesticidas, larvicidas ou outro produto químico sejam responsáveis pelo aumento do número de casos de microcefalia no Brasil.

Por outro lado, diversas unidades da Federação já fazem uso do agrotóxico malathion para o controle do inseto, pulverizando o produto nas ruas e residências. Mas isto é saudável? De acordo com o Instituto Nacional do Câncer – INCA –, citando o Instituto Internacional de Pesquisa em Câncer – IARC, da Organização Mundial da Saúde – OMS, estudos mostram que o malathion tem relação direta com o desenvolvimento de câncer em seres humanos. Pesquisa mostra que o malathion tem relação direta com o câncer de próstata. O malathion, como todo organofosforado, é absorvido pelas mais diversas vias (respiratória, gastrointestinal, dérmica, por membranas de mucosas) e tem efeitos imediatos sobre o sistema nervoso central. O Brasil, que já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, estaria atacando um problema de saúde de maneira ineficaz, posto que os mosquitos criam resistência aos inseticidas, e perigosa.

Neste momento de incertezas, precisamos aprofundar a investigação em todas as hipóteses inerentes ao aumento dos casos de microcefalia no Brasil, além de zelar pelo princípio da precaução, no que tange à saúde humana e ambiental, razão pela qual conclamo os nobres pares a apoiar esta iniciativa.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2016.

**Deputada LEANDRE
(PV/PR)**